



1 **REUNIÃO ORDINÁRIA DE 7 DE NOVEMBRO DE 2.017.**

2 **ATA Nº 10/2.017** - Aos sete dias, do mês de novembro, do ano
3 de dois mil e dezessete, às nove horas e trinta minutos, na sala de
4 reuniões da Procuradoria da República em Alagoas, sita na Av.
5 Juca Sampaio, nº1800, Barro Duro, nesta cidade, compareceram
6 ao nosso encontro os seguintes membros: Srs. José Carlos
7 Castro(MPE), Pedro Guido da Silva (ISV), Fernando Teles de
8 Farias(Arquidiocese de Maceió), Linaldo Freitas (TCE/AL),
9 Felipe Ferreira Libardi(AGU), Sérgio Studart(CGU), Plínio
10 Feitosa(RFB), Rodrigo Borges Fontan(SMCI), Claudivan da Silva
11 Costa(TCU) e Sras. Edilma de Albuquerque Lins Barbosa
12 (SINDMED), Nadja Lúcia de Oliveira Peixoto(UNEAL),
13 Adriana Andrade Araújo(CGE/AL), Valéria Bezerra(RFB),
14 Renata Baptista(MPF), Rosa Maria Barros Tenório(MPC) e
15 Helenice Balbino Silva(SINTEAL). De início, o Sr. Coordenador
16 elogiou a presença dos Srs. membros à reunião, ao tempo em que
17 agradeceu a cessão do espaço à Procuradoria da República.
18 **Item 1 da Pauta: Aprovação Ata da reunião anterior** – Esta foi
19 aprovada por unanimidade, sem ressalvas, após o conhecimento
20 de seu teor por todos os presentes. **Item 2 da Pauta: Projeto**
21 **doação IRPF Fundo Infância - Receita Federal- Apresentação**
22 - O Sr. Coordenador passou a palavra ao Dr. Plínio Feitosa,
23 ilustre Delegado da Receita Federal do Brasil em nosso Estado,
24 após sua devida apresentação aos presentes. O palestrante
25 agradeceu a oportunidade que lhe fora oferecida para tratar do
26 referido tema aos membros do FOCCO, considerados por ele
27 propagadores de referido projeto, já incorporado por parte dos
28 contribuintes. Em seguida, disse ele: Parte do Imposto de Renda
29 devido pode ser destinado a projetos sociais, entre os quais
30 destacamos o Fundo Infância, que uma vez concretizado, será
31 possível garantir reduções no ajuste financeiro anual, até o limite
32 global de 6% no programa da declaração IRPF, em cada período
33 de apuração, através do modelo completo. Este benefício, afirmou
34 ele, não se aplica a pessoa física que utiliza o modelo
35 simplificado ou entrega a declaração fora do prazo. O processo se
36 assemelha às deduções em favor do declarante: o contribuinte



37recebe o comprovante pelo recolhimento em favor do Fundo,
38anexando-o à sua declaração do ano vigente de seu aporte.
39Afirmou, ainda, que as pessoas físicas devem ser estimuladas para
40que façam suas contribuições em favor do referido projeto social,
41que apontam para uma redução do Imposto de Renda devido
42pelas pessoas, além, é claro, de contribuírem com a inclusão
43social do país. Em seguida, o Sr. Coordenador abriu um espaço
44para intervenções dos presentes: O Sr. Pedro Guido sugeriu o
45fortalecimento dos Conselhos em nosso Estado, em especial o da
46Criança e do Adolescente; já a Sra. Edilma de Albuquerque
47estranhou a ausência de incentivos do Estado ao citado Conselho;
48enquanto o Sr. Sérgio Studart disse de seu ceticismo quanto à
49fiscalização do destino de referida verba; ao tempo em que a Sra.
50Renata Baptista admitiu ser da área federal, a competência para
51mencionada fiscalização. Ato contínuo, foi colocado à disposição
52da RFB, e aceito pelo Sr. Delegado, um espaço para sua
53exposição, no próximo 3 de dezembro, data de nossa
54comemoração do dia Internacional de Combate à Corrupção, a
55acontecer no Maceió Shopping. Logo depois, o Sr. Linaldo
56Freitas colocou, também, a TV Cidadã, através do Tribunal de
57Contas do Estado, às ordens do Dr. Plínio Feitosa, para sua
58apresentação. Este, por fim, renovou seu agradecimento ao
59Fórum pela cessão do ambiente, ao tempo em que incentivou,
60mais uma vez, os presentes ao encontro, a abraçarem a matéria.
61**Item 3 da Pauta: Preparativos para o Dia Internacional**
62**Contra a Corrupção – Gravação Vídeo/Encaminhamentos:**
63Atendendo à solicitação do Sr. Coordenador, a Sra. Nadja Peixoto
64passou a relatar as providências até então tomadas, relacionadas
65ao evento do DICC, confirmando, inicialmente, tratar-se, a
66exemplo do ano anterior, de uma cerimônia da Controladoria
67Geral da União, em parceria com a Controladoria Geral do
68Estado, contando, também, com a participação deste Fórum.
69Afirmou ela, ainda, que já aconteceram 2(duas) reuniões com a
70Superintendência do Shopping Maceió e que está agendada uma
71oficina, com a presença dos 3 (três) órgãos envolvidos, para
72definir a atuação de cada um. Mostrou sua preocupação com o



73 processo de gravação do vídeo que acontecerá no Tribunal de
74 Contas do Estado, cujo conteúdo deverá apresentar um resumo
75 das atividades de cada órgão e/ou entidade vinculado ao FOCCO,
76 bem como dos objetivos deste, na prevenção e no combate à
77 corrupção. Disse, ainda, que a Superintendência do Shopping irá
78 disponibilizar a estrutura necessária à realização da citada
79 comemoração. Já a Sra. Adriana admitiu que a presença da CGE,
80 será orientada segundo o trabalho realizado no ano passado,
81 juntamente com o DETRAN/AL. Sugeriu, ainda, a utilização das
82 catracas do Shopping, para divulgar, através de folders, os
83 objetivos de nosso projeto. Ficou definido, também, que nossa
84 participação deverá ocorrer do meio-dia às vinte e uma horas.
85 Neste instante, o Sr. Linaldo Freitas confirmou que o processo de
86 gravação do vídeo, a ser apresentado no DICC, acontecerá no
87 TCE às terças e quintas-feiras, sempre das 9 às 11 horas. **Item 4**
88 **da Pauta: Avaliação Portais Transparência Legislativos**
89 **Municipais - Apresentação – Requerimento ISV** - “Na
90 Transparência a publicidade é o preceito geral e o sigilo a
91 exceção”. Sobre o tema, o Sr. Coordenador exibiu, a partir de sua
92 palestra sobre “Transparência no Legislativo Municipal em
93 Alagoas”, constante do Seminário “Reflexões e Experiências no
94 Combate à Corrupção”, acontecido no Ministério Público
95 Estadual, dados da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção
96 e à Lavagem de Dinheiro, que reúne vários órgãos de controle e
97 fiscalização, destacando que nossas instituições precisam avançar
98 muito, para cumprir as Leis de Acesso à Informação e de
99 Responsabilidade Fiscal. Disse, ainda, que 77% dos municípios
100 alagoanos não possuem portal da transparência e, os que tem, não
101 abastecem seus “sites” como determina a legislação. Registrou,
102 mais, que Arapiraca foi a cidade que apresentou melhor resultado,
103 com 62 pontos; enquanto Maceió ficou com 25. Outras, a
104 exemplo de Poço das Trincheiras, Cajueiro e Barra de Santo
105 Antônio, ficaram com zero. Citada, ainda, a negligência do
106 TCE/AL no cumprimento de suas atribuições, visando o
107 aprimoramento dos índices dos municípios. Sobre o problema, o
108 Sr. Linaldo Freitas registrou o avanço do Tribunal nesse quesito.



109 Já o Sr. Pedro Guido, disse da imposição de se penalizar o
110 administrador, e não o município. Concluiu o Sr. Coordenador,
111 afirmando ser o papel do MPE defender a probidade na gestão
112 pública, reconhecendo, igualmente, que é obrigação de nossos
113 prefeitos disponibilizarem informações, para qualquer cidadão,
114 sobre quanto arrecadam e gastam. Sobre a proposição
115 “Requerimento ISV”, disse o Sr. Pedro Guido tratar-se de
116 solicitação de uma participante do curso “Disseminadores de
117 Cidadania”, patrocinado pelo Instituto Sílvio Vianna, a respeito da
118 possibilidade de divulgação, no sítio do FOCCO, de
119 irregularidades havidas nas administrações públicas. Após
120 algumas considerações em torno do assunto, contando, apenas,
121 com o apoio do apresentador da proposta que defendeu referida
122 publicação, ficou decidido no momento, a realização de um
123 estudo mais fundamentado, visando a consecução de citado
124 objetivo. **Item 5 da Pauta: Espaço Livre Informes - Eleições**
125 **(Coordenação FOCCO) – Andamento PJU – Evento TCU**
126 **(Conselhos de Alimentação Escolar)** - Sobre a eleição da
127 Coordenação do FOCCO, para o próximo exercício, o Sr. José
128 Carlos afirmou que aguarda com absoluta convicção, o
129 cumprimento do que ficara acordado, já ao final de seu mandato
130 anterior, de que seu suplente deveria assumir automaticamente,
131 referido comando. A Sra, Renata Baptista, recém empossada,
132 como representante do Ministério Público Federal, em
133 substituição ao Sr. Antônio Henrique Cadete, disse desconhecer
134 referida missão, mas que se encontrava, naquele momento,
135 disposta a contribuir na execução do que fora anteriormente
136 determinado. Diante do impasse criado, uma vez que o
137 representante do MPE/AL, não teria mais condições,
138 regimentalmente, de ser reconduzido ao cargo, uma vez que já se
139 encontra no 3º mandato, foi levantada a hipótese de a mandatária
140 do MPF assumir o que ficara pactuado, com o apoio do Sr. José
141 Carlos, que assumiria a Coordenadoria-Adjunta. A respeito do
142 andamento do Parlamento Jovem Universitário, a Sra. Nadja
143 Peixoto afirmou que o cronograma de atividades do PJU/UNEAL
144 2.017, encontra-se de acordo com seu planejamento, realizado



145com a direção da Universidade. Comunicou, também, a alteração
146da data da aula inaugural, que a princípio iria acontecer no
147próximo dia 9, para a data de 16 de novembro imediato. Disse,
148ainda, que o período de capacitação ocorrerá no início do ano
149subsequente, compatibilizando-o com a abertura do calendário
150escolar e que o projeto seguirá idênticos procedimentos aos da
151Universidade Federal de Alagoas. Quanto ao projeto da UFAL,
152afirmou o Sr. Pedro Guido, que este se encontra dentro do
153cronograma preestabelecido, com a efetivação, já, de 50% das
154palestras devidamente cumpridas. O Sr. Claudivan Costa
155informou a realização do “Encontro Técnico com Conselheiros da
156Alimentação Escolar”, a acontecer em Arapiraca, no próximo dia
15710, das 9 às 12h, ao tempo em que solicitou a presença do
158FOCCO no referido evento, que conta com a parceria TCU, CGU
159e FNDE. **Item 6 da Pauta: Considerações Finais – Próxima**
160**reunião 5 de dezembro – confirmado ?** – Aprovada a data de 5
161de dezembro do corrente, para nossa próxima reunião,
162oportunidade em que acontecerá nossa Confraternização Natalina,
163no SINDMED. Não havendo mais nada a ser discutido, foi
164encerrada a reunião às 12 horas e 45 minutos. Assinam a Ata os
165Srs. José Carlos Castro – Coordenador e Fernando Teles de Farias
166– Secretário, juntamente com os demais membros presentes.

167

168

169

170

José Carlos Castro

171

Coordenador

172

173

Fernando Teles de Farias

174

Secretário

175

176

Pedro Guido da Silva

177

ISV

178

179

Linaldo Freitas

180

TCE/AL



182	Felipe Ferreira Libardi
183	AGU
184	
185	Sérgio Studart
186	CGU
187	
188	Plínio Feitosa
189	RFB
190	
191	Rodrigo Borges Fontan
192	SMCI
193	
194	Claudivan da Silva Costa
195	TCU
196	
197	Edilma de Albuquerque Lins Barbosa
198	SINDMED
199	
200	Nadja Lúcia de Oliveira Peixoto
201	UNEAL
202	
203	Adriana Andrade Araújo
204	CGE/AL
205	
206	Valéria Bezerra
207	RFB
208	
209	Renata Baptista
210	MPF
211	
212	Rosa Maria Barros Tenório
213	MPC
214	
215	Helenice Balbino Silva
216	SINTEAL